QUE RECESSÃO TEREMOS?

Istvan Karoly Kasznar*

A Nação tem assistido, desde o início da administração econômica promovida pelo Ministro Maílson da Nóbrega, a um conjunto de medidas macropolíticas que visam equilibrar timidamente a inflação brasileira e recolocar o país na trilha da estabilidade. Essa timidez evidencia-se através da declaração do próprio ministro, ao afirmar que iria adotar uma política de "feijão com arroz". Por essa denominação, entenderíamos que a nova culinária planaltina tratara de pôr na mesa do consumidor brasileiro um prato por demais conhecido: o trivial não-variado.

Normalmente, esse tipo gastronômico não provoca maiores alegrias, pois se trata do *déjà vu - déjà connu* dos franceses. Ademais, sem acompanhamento, trata-se de prato por demais enfadonho, sobretudo se não for bem dosado e temperado: no caso, com a inflação disparando para níveis estratosféricos (oficialmente declarados em 600% ao ano) e a URP (mais uma das nossas iguarias dos condimentos indexatórios) servindo para reajustar salários na base da inflação passada, inferior à que hoje vivemos. Os salários têm caído e, portanto, a dose de feijão com arroz tem diminuído no prato do cidadão. O tempero e o desgosto de ver que a perda de poder aquisitivo é um fato inconteste são ratificados pelas autoridades, sem aparentes forças de contestá-los. A recessão está aí; compreende-se, por isso, por que o prato ministerial começa a ser chamado de "feijão com arrocho".

Podem ser observadas, por outro lado, nobres e importantes intenções nas medidas ministeriais recentes, dignas de aplausos, tais como o fortalecimento da privatização das empresas estatais, a procura de uma administração mais eficiente nas empresas públicas, visando controlar os gastos de custeio; a liberalização dos preços dos bens e serviços gerados pelo setor privado; a volta de um diálogo que parece fecundo com o FMI: o pagamento, mesmo que reduzido, dos juros da dívida aos nossos credores, e uma política industrial modernizante.

A dose de timidez de certas medidas é, todavia, evidente.

A privatização das estatais tem sido lenta demais – arrastando-se há anos – com a venda de empresas representando, até agora, apenas 0,4% do PIB, um valor pequeno face ao monstruoso déficit público que se situa no patamar dos 7% ou 8% do PIB e pretende ser reduzido para 4% até o fim do ano. Espera-se, por uma questão de bom senso, que o dinheiro arrecadado com a privatização sirva para reduzir o endividamento das empresas públicas e do governo como um todo, isto é, que se melhore a estrutura de capitais das organizações públicas.

A gestão das empresas públicas é fundamental. De fato, houve esforços dignos de nota nos últimos anos. Havia, nas estatais produtivas, por exemplo, 1,1 milhão de funcionários em 1980, segundo dados da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest). Em 1987, essa cifra passou para apenas 1,2 milhão. Dentro deste universo, o pessoal administrativo operacional crescia.

O direcionamento das empresas parece, portanto, fundamentalmente correto. Todavia, é bom lembrar que se a folha salarial parece ter sido bem administrada neste segmento particular, específico, do mundo público, não é isso que tem ocorrido em outras esferas de governo.

* Professor adjunto da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getulio Vargas (FGV). (Endereço do autor: Praia de Botafogo, 190, sala 511 - 22.253 - Rio de Janeiro, RJ.)

Vários estados e municípios continuam adotando uma política de contratação de pessoal onde domina a decisão política e o lema básico retratou um pensamento que parece permear uma parte da sociedade: "poder de governador, prefeito e deputado se mede pelo número de pessoas que ele consegue empregar". Não se trata de empregar bem, fornecendo um trabalho produtivo. Trata-se, freqüentemente, de botar mais um cabide no armário de uma repartição pública perdida em alguma cidade deste gigante Brasil, onde talvez uma Maria Candelária irá colocar seu casaco e guardar o *hollerith* do fim do mês. Apesar das tentativas isoladas de ordenamento das despesas públicas, sem um acordo, nos níveis federal, estadual e municipal, sobre os critérios que regem a contratação de pessoal, continuaremos sofrendo com o excesso de empreguismo.

A liberalização dos preços é condição *sine qua non* para a estabilização do sistema econômico. Neste sentido, parece que as autoridades compreenderam que as leis do mercado são as únicas que de fato funcionam e que a livre iniciativa será tanto mais eficiente quanto maior for a eficiência em preços do próprio sistema econômico. O congelamento distorce preços e acumula as energias do dragão inflacionário. Ademais, com a liberalização o empresário finalmente tenderia a manter a margem de comercialização ou o ganho que deseja auferir sobre seu produto, gerando uma redução no tradicional conflito distributivo de rendas entre lucros e salários. A inflação poderia até estabilizar-se mais adiante, simplesmente porque as distorções se corrigiriam e as expressões altistas se dissipariam.

A volta ao FMI é um indicador de bom senso. Primeiro, porque fechar-se ao diálogo com entidades supranacionais, em fase de *glasnost* internacional, é andar na contramão da história. Segundo, porque o Fundo – do qual já sugamos o nosso limite de crédito – anuncia, através de pareceres, sua opinião acerca de um país e se ele for favorável, abrirá as portas ao crédito e ao capital de risco externo. O Brasil, um país pobre em capitais e com uma *performance* declinante na formação de poupanças internas, necessita de novos empréstimos e, sobretudo, do investimento direto estrangeiro, observadas, naturalmente, certas condições. Terceiro, porque, com a vinda de recursos, seria diminuído outro conflito distributivo que assola o país: a determinação do que há de ficar para nós, brasileiros, e do que há de ser remetido ao exterior.

Não faz sentido que um país que necessita desenvolver-se e possui um extraordinário potencial para tanto exporte capitais (poupanças) de que não dispõe: pagar algo pelo que deve, sim, mas sobretudo receber mais capital do que remete, pelas vias do investimento direto e dos créditos destinados a inversões reais de boa rentabilidade. Assim, ao dar mais um passo no sentido de voltar a um fórum internacional do qual talvez não devesse ter saído, o país revela uma atitude construtiva.

É bom observar que a questão do conflito distributivo entre o que fica aqui e o que há de ser remetido ao exterior também passa por uma questão crucial de política macroeconômica. No caso brasileiro, onde as decisões de curto prazo predominam, sem se resolver também este impasse adia-se o objetivo de alcançar a estabilidade macroeconômica e política do país. Curiosamente, alguns economistas lembram que, por seus efeitos, a determinação desse impasse tem muita influência na definição do que seja uma "recessão burra", diferenciada de uma "recessão inteligente".

A primeira ocorreria quando, para estancar a inflação no curto prazo, se diminuísse o poder aquisitivo do trabalhador, se elevassem as taxas internas de juros (que inibem o consumo pessoal) e os investimentos e se criassem impostos ou taxas extras de impacto temporário ou marginal, entre outras medidas. Neste caso,

medidas conjunturais permitiriam que a recessão provocasse uma queda da demanda na economia. A falta de consumo interno promoveria, via câmbio competitivo, um aumento nas exportações, o que apontaria mais um benefício: um aumento de reservas internacionais. Todavia, essas medidas seriam de fôlego curto, pois embora o país satisfizesse um pouco mais os credores externos, ele viveria na iminência de dar mais choques conjunturais, que reduziriam ainda mais as atividades econômicas e resolveriam apenas marginalmente o problema. Seria uma política de "enxugamento" do sistema, da qual nem todos gostariam.

A "recessão inteligente", denominação assaz estranha para um processo que, de qualquer forma, geraria sofrimentos sérios na população e cujo nível seria desconhecido, envolvendo um risco alto de perda de prestígio e popularidade das autoridades no curto prazo, seria bem diferente. Não se trata do uso de medidas paliativas e parciais, mas sim da adoção de medidas de impacto estrutural e reformativo da economia e de seus alicerces. A receita médica para o paciente brasileiro passaria, necessariamente, por medidas de impacto profundo, que deixassem marcas permanentes no sistema. Incluiria uma forte contenção monetária, para que caísse a excessiva liquidez da economia, e medidas fortes no campo fiscal, como uma reforma tributária e a redução dos gastos públicos (em todas as esferas de governo). Admitir-se-ia até medidas que ninguém gostaria de adotar, mas talvez precisasse, como demitir pessoal, fechar empresas públicas, cortar despesas de todo o tipo – tal como reduzir os salários reais do funcionalismo e as mordomias da classe. Simultaneamente, um acordo entre patrões e empregados seria estabelecido, para determinação da distribuição do bolo por classes, e também se adotaria uma regra estável que fixasse a contribuição do setor privado na sustentação do aparelho do Estado.

Note-se que enquanto fossem adotadas as medidas para a estabilização da economia e perdurasse este tipo de recessão, bons projetos e atividades realmente produtivas continuariam sendo incentivados e ativados, fossem eles públicos ou privados. O importante seria deixar o mercado e a livre iniciativa funcionarem.

Pelo prisma externo, convém lembrar que o Brasil adotou, desde a década de 30 até hoje, uma política substitutiva de importações. *Tant bien que mal*, até que ela funcionou bem, pois temos uma nação assaz industrializada, que pouco importa bens e serviços do exterior. Essa política, todavia, acabou. Esgotou-se. Mal importamos 13 bilhões de dólares anuais nos anos 80. Cortar mais é difícil. Seria e tem sido, nos anos recentes, ceifar a vida de certas empresas, ao lhes ser impedido importar uma mercadoria não-disponível localmente. Tecnologias não-disponíveis no país, não-importadas via equipamentos, pois proibidas de serem trazidas, fazem cada vez mais falta à nossa indústria (obviamente, a questão é ter e saber fazer o *software*, tanto o *know-how* quanto o *know-why*). O sucateamento do parque também é conseqüência de uma política recente de restrição das importações, sobretudo nos setores industriais de tecnologia de ponta, onde há componentes digitais na maquinaria.

Outra medida que faria parte desta segunda opção, portanto, incluiria a abertura da economia ao exterior. Sairíamos da contramão da história. A modificação da política da Cacex seria fundamental neste sentido. Em vez de tolher-se apenas a importação, adotar-se-ia uma nova mentalidade de promoção das exportações, com liberalização paulatina das importações. Aparentemente em boa hora, o Alvorada percebeu esta faceta de nossa economia e divulgou recentemente seu documento da nova política industrial. Neste, percebe-se que é possível reforçar o empresariado nacional sem desprestigiar a participação estrangeira.

Nota-se, portanto, à luz desta exposição, que nossas autoridades têm adotado um *mix* de posturas tanto de curto prazo, quanto de longo prazo. Fortes e ponderáveis indefinições perduram. O restabelecimento da credibilidade de nossas autoridades é primordial para a volta ao crescimento estabilizado. Obviamente, muitas medidas são complementares. Todavia, é fundamental que se perceba que a nação necessita urgentemente de uma definição. Nestes dois derradeiros anos de macroeconomia ao estilo maranhense, clama-se por uma postura que, solucionando os graves problemas que nos afetam no dia-a-dia, estabeleça um caminho claro e racional para alcançarmos a estabilidade macroeconômica de longo prazo. Resta saber, portanto, se as autoridades escolherão uma recessão asinina que, a longo prazo, tem muito de assassina, ou uma recessão dura e purgativa de nossos pecados e deficiências econômicas, mas que nos deixará mais limpos para firmemente trilharmos a rota do desenvolvimento.

MANUAL DE USO WORDSTAR

Preparado com o apoio do Centro de Processamento de Dados da Fundação Getulio Vargas, constitui valioso instrumento de trabalho para os estudantes e professores que desejam tirar o máximo proveito desta importante área da Informática.

Em linguagem clara, simples e de leitura agradável, o texto inclui conceitos básicos de computador, assim como todas as facilidades disponíveis no* Wordstar, *um dos mais populares programas de processamento de texto existentes no mercado mundial.

Impressão e Acabamento GRAPHOS Rua Santo Cristo 70/78 — Tel. 223-1272